

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 373.063 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 3.196.056 mil, Ativos Totais de R\$ 6.267.212 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 82.500 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Em abril de 2018, a Companhia deliberou aumentar o Capital Social com Reservas de Capital e Reservas de Lucro - Estatutária no montante de R\$ 208.000 mil elevando-o de R\$ 1.950.000 mil para R\$ 2.158.000 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 18 de abril de 2019.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017
CIRCULANTE	494.241	247.876	CIRCULANTE	512.011	557.239
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6)	11.932	4.955	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 17d)	2.035	1.401
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 16a)	195.169	231.843	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 12e)	70.125	80.750
Valores a Receber (Nota 7)	287.140	11.078	Obrigações por Recuperação de Ações (Nota 9)	439.586	475.088
			Outras Obrigações (Nota 10)	265	-
NÃO CIRCULANTE	5.772.971	5.256.772	NÃO CIRCULANTE	2.559.145	2.348.355
Realizável a Longo Prazo	307.590	266.062	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11b)	242.829	209.561
Depósitos Judiciais (Nota 11b)	222.889	185.419	Obrigações por Recuperação de Ações (Nota 9)	591.756	510.486
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17c)	84.701	80.643	Outras Obrigações (Nota 10)	1.724.560	1.628.308
Investimentos (Nota 8)	5.465.381	4.990.710	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.196.056	2.599.054
			Capital Social (Nota 12a)	2.158.000	1.950.000
TOTAL	6.267.212	5.504.648	Reserva de Capital	80.730	64.531
			Reservas de Lucros (Nota 12d)	2.271.803	2.213.057
			Ações em Tesouraria (Nota 12f)	(1.448.763)	(1.742.212)
			Outros Resultados Abrangentes	134.236	113.678
			TOTAL	6.267.212	5.504.648

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro	2017
	2018	2017
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	375.907	403.799
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8)	540.243	610.584
Resultado Financeiro (Nota 15)	(135.836)	(175.676)
Despesas Tributárias (Nota 13)	(25.018)	(30.021)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(3.482)	(1.088)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	375.907	403.799
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17a)	(2.844)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	373.063	403.799

Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b)

	2018	2017
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 12b)	1,21	1,31

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro	2017
	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	373.063	403.799
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(422)	54.259
Resultado Abrangente do Exercício	372.641	458.058

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital - Resultado na Venda de Ações		Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes (Investidas)	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.740.000	96.770	143.938	1.873.550	59.419	(1.431.576)	-	-	2.482.101
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	403.799	403.799
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	54.259	-	-	-	54.259
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	458.058
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12a)	210.000	(96.770)	-	(113.230)	-	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	(688.456)	-	(688.456)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	64.531	-	-	-	-	377.820	-	442.351
Destinações: - Reservas	-	-	20.190	288.609	-	-	-	(308.799)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12e)	-	-	-	-	-	-	-	(95.000)	(95.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.950.000	64.531	164.128	2.048.929	113.678	(1.742.212)	-	-	2.599.054
Ajustes Reflexo de Controlada de Adoção de Novas Práticas Contábeis	-	-	-	-	20.979	-	-	(88.348)	(67.369)
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.950.000	64.531	164.128	2.048.929	134.657	(1.742.212)	-	(88.348)	2.531.685
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	373.063	373.063
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(421)	-	-	-	(421)
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	372.642
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12a)	208.000	(64.531)	(143.469)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	(431.123)	-	(431.123)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	80.780	-	-	-	-	724.572	-	805.352
Destinações: - Reservas	-	-	18.652	183.563	-	-	-	(202.215)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12e)	-	-	-	-	-	-	-	(82.500)	(82.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.158.000	80.780	39.311	2.232.492	134.236	(1.448.763)	-	-	3.196.056

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BBD Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objeto exclusivo a participação no Capital Social do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), da Bradespar S.A. ("Bradespar") e de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social daquelas Instituições.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2019.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que, são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017: (i) Ativos Financeiros para Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) Investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empréstimos e Recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados, diretamente, no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos e foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentadas na Nota 8.

Ágio (Goodwill)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2018 e de 2017, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos, que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 12e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 17.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 18.

4) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018:

• CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e submetidos ao teste de SPPI; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC. Desde o início de vigência da norma, não houve reclassificações decorrentes de sua adoção e não houve reflexo nas perdas por redução do valor recuperável (*impairment*) para os ativos avaliados no modelo desta norma. O impacto da adoção inicial do CPC 48, relacionado ao investimento direto/indireto, foi de R\$ (67.369), sendo R\$ 20.979 contra lucros abrangentes e R\$ (88.348) registrado contra lucros acumulados, e os efeitos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram registrados no resultado através da avaliação pelo método de equivalência patrimonial.

• CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impactos decorrentes da sua adoção.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

• CPC 06 (R2) - Leasing (IFRS 16) - As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro para os arrendatários; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil serão ativas e em contrapartida lançadas no passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações, não haverá impactos decorrentes da adoção da nova norma.

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ALVORADA CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCIEROS	12
BBD PARTICIPAÇÕES S/A	3
CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCIEROS RUBI	10
DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAÍ	6
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A.	14

Diário Oficial Empresarial 2 Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 75
São Paulo, terça-feira, 23 de abril de 2019

Página 3

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Bradesco e da Bradespar, os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
						2018	2017	2018	2017
Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade") (1) (3)	10.400.000	20.927.447	2.117.447	176.680	26,071767	5.456.155	4.981.484	540.243	610.584
Ágio - Nova Cidade (4)	-	-	-	-	-	9.226	9.226	-	-
Total						5.465.381	4.990.710	540.243	610.584

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018;

(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(3) Em março de 2018, foi realizado aumento de Capital Social, com integralização mediante a compensação de créditos relativos a Juros sobre o Capital Próprio; e

(4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

9) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recomprou de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 439.586 (2017 - R\$ 475.088) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 591.756 (2017 - R\$ 510.486), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Referem-se basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, e vencimento em março de 2021, no montante de R\$ 1.724.560 (2017 - R\$ 1.627.969).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 222.889 (2017 - R\$ 185.419). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

A Companhia não possuiu contingências civis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
No início do período	209.561	170.760
Atualizações monetárias	9.566	12.498
Constituição	23.702	26.303
No final do período	242.829	209.561

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2018 e 2017 não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ordinárias	101.515.589	90.454.855
Preferenciais	127.095.525	115.608.357
Subtotal - ações em circulação	228.611.114	206.063.212
Em tesouraria (ordinárias)	56.115.188	85.751.444
Em tesouraria (preferenciais)	24.350.608	17.262.254
Total do capital social em ações	309.076.910	309.076.910

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 30 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 208.000, elevando-o de R\$ 1.950.000 para R\$ 2.158.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Capital" e de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Legal".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	373.063	403.799
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	309,077	309,077
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	1,21	1,31

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	373.063	
Reserva legal	18.652	
Base de cálculo ajustada	354.411	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados (2)	82.500	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15%	(12.375)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2018	70.125	19,8
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2017	80.750	21,1

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e

(2) Provisionamento de JCP, deliberado em 26 de dezembro de 2018.

f) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2018, foram adquiridas e permaneciam em tesouraria 56.115.188 (2017 - 85.751.444) ações ordinárias e 24.350.608 (2017 - 17.262.254) ações preferenciais, no montante de R\$ 1.448.763 (2017 - R\$ 1.742.212).

Em 2018, foram alienadas ações em tesouraria, pelo valor de R\$ 805.352 (2017 - R\$ 442.351), que gerou lucro de R\$ 80.780 (2017 - R\$ 64.531).

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Depósito bancário	4	275
Fundos de investimentos financeiros (1)	11.928	4.680
Total	11.932	4.955

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

7) VALORES A RECEBER

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Mútuos (1)	10.193	11.078
Valores a receber na alienação de ações (2)	276.946	-
Total	287.140	11.078

(1) Refere-se a contratos de mútuo, atualizados pela taxa SELIC; e

(2) Refere-se ao valor a receber pela venda de ações em 3.07.2018.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Cofins	19.569	21.652
PIS	4.133	4.650
IOF	1.316	3.719
Total	25.018	30.021

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Serviços prestados por terceiros	303	63
Editais e publicações	197	127
Despesa de pessoal	2.983	898
Total	3.482	1.088

15) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Variação monetária de contratos de mútuo	(101.333)	(136.152)
Variação monetária sobre recompra de ações	(55.930)	(58.067)
Rendimento de ativos financeiros	4.907	11.773
Outros	16.520	6.770
Total	(135.836)	(175.676)

16) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Pessoal-chave da Administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativos										
Caixa/disponibilidades	-	-	-	-	-	-	4	275	4	275
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	195.169	231.843	-	-	-	-	195.169	231.843
Passivos										
Juros sobre capital próprio a pagar	22.670	28.461	-	-	47.455	52.289	-	-	70.125	80.750
Obrigações por recompra de ações	-	-	-	-	1.031.342	985.574	-	-	1.031.342	985.574
Outros passivos (Nota 10)	-	-	1.213.892	1.148.123	-	-	510.668	479.846	1.724.560	1.627.969

	Exercícios findos em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Pessoal-chave da Administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Despesas com juros	-	-	(70.726)	(92.937)	(55.930)	(58.067)	(30.822)	(43.433)	(157.478)	(194.437)
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio	(26.670)	(33.483)	229.611	272.757	(55.830)	(61.517)	-	-	147.111	177.757

(1) NCD Participações Ltda. ("NCD");

(2) Nova Cidade; e

(3) Titanium Holdings S.A. ("Titanium") e Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2018, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.423 (2017 - R\$ 500) para remuneração dos Administradores e de R\$ 1.400 (2017 - R\$ 500) para custear planos de previdência complementar.

Remuneração de curto prazo e médio prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Proventos	1.423	362
Total	1.423	362

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Planos de previdência complementar de contribuição definida	1.275	463

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	375.907	403.799
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(127.808)	(137.292)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligada, tributadas nas empresas correspondentes	183.682	207.599
Despesas indedutíveis liquidadas das receitas não tributáveis	(369)	-
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(78.068)	(92.737)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	28.050	32.300
Outros	(8.331)	(9.870)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.844)	-

b) Créditos tributários

Os créditos tributários não registrados totalizam R\$ 101.308 (2017 - R\$ 91.015).

c) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, montante de R\$ 84.701 (2017 - R\$ 80.643), refere-se a imposto de renda do exercício atual e de exercícios anteriores.

d) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 2.035 (2017 - R\$ 1.401), sendo R\$ 1.387 (2017 - R\$ 1.401) referente ao imposto de renda retido na fonte e R\$ 648 a CSLL a pagar do exercício.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017; e

b) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Membros

Denise Aguiar Alvarez

João Aguiar Alvarez

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Milton Matsumoto

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 22 de abril de 2019

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Diário Oficial

acesso gratuito

Todo o acervo do Diário Oficial está disponível gratuitamente para pesquisa, inclusive o que você quiser saber sobre os balanços das empresas.



Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br



Prêmio Mario Covas 2008
DO. online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ALVORADA CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCIEROS	12
BBD PARTICIPAÇÕES S/A	3
CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCIEROS RUBI	10
DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAÍ	6
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A.	14

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 75
São Paulo, terça-feira, 23 de abril de 2019

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em abril de 2018, a Companhia deliberou aumentar o Capital Social com Reservas de Capital e Reservas de Lucro - Estatutária no montante de R\$ 208.000 mil elevando-o de R\$ 1.950.000 mil para R\$ 2.158.000 mil. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 18 de abril de 2019.
Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
2018	2017	2018	2017
ATIVO		CIRCULANTE	
CIRCULANTE	494.241	247.876	512.011
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6)	11.932	4.955	2.035
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 16a)	195.169	231.843	70.125
Valores a Receber (Nota 7)	287.140	11.078	439.586
			265
NÃO CIRCULANTE	5.772.971	5.256.772	2.559.145
Realizável a Longo Prazo	307.590	266.062	242.829
Depósitos Judiciais (Nota 11b)	222.889	185.419	591.756
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17c)	84.701	80.643	1.724.560
Investimentos (Nota 8)	5.465.381	4.990.710	3.196.056
			1.950.000
			80.780
			2.271.803
			(1.448.763)
			134.236
TOTAL	6.267.212	5.504.648	6.267.212
			5.504.648

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais	
Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	
2018	2017	2018	2017
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	375.907	403.799	403.799
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8)	540.243	610.584	610.584
Resultado Financeiro (Nota 15)	(135.836)	(175.676)	(175.676)
Despesas Tributárias (Nota 13)	(25.018)	(30.021)	(30.021)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(3.482)	(1.088)	(1.088)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	375.907	403.799	403.799
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17a)	(2.844)	(2.844)	(2.844)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	373.063	403.799	403.799
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b)	1,21	1,31	
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 12b)	1,21	1,31	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais	
Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	
2018	2017	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	373.063	403.799	403.799
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(422)	54.259	54.259
Resultado Abrangente do Exercício	372.641	458.058	458.058

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais		Outros Resultados Abrangentes (Investidas)		Ações em Tesouraria		Lucros Acumulados		Totais	
Eventos	Capital Social	Reserva de Capital - Resultado na Venda de Ações	Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes (Investidas)	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados		
			Legal	Estatutária					
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.740.000	96.770	143.938	1.873.550	59.419	(1.431.576)	-	-	2.482.101
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	403.799	-	403.799
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	54.259	-	-	-	54.259
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	458.058
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12a)	210.000	(96.770)	-	(113.230)	-	-	-	-	(88.456)
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	64.531	-	-	-	(688.456)	-	-	442.351
Alienação de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	377.820	-	-	(308.799)
Destinações - Reservas	-	-	20.190	288.609	-	-	(95.000)	-	2.599.054
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12a)	-	-	-	-	-	-	-	-	(67.369)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.950.000	64.531	164.128	2.048.929	113.678	(1.742.212)	(88.348)	-	2.531.685
Ajustes Reflexo de Controlada de Adoção de Novas Práticas Contábeis	-	-	-	-	20.979	-	-	-	373.063
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.950.000	64.531	164.128	2.048.929	134.657	(1.742.212)	(88.348)	-	373.063
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(421)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(421)	-	-	-	-
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	372.642
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12a)	208.000	(64.531)	(143.469)	-	-	-	-	-	(431.123)
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(431.123)	-	-	805.352
Alienação de Ações em Tesouraria	-	80.780	-	183.563	-	724.572	-	-	(202.215)
Destinações - Reservas	-	-	18.652	183.563	-	-	(82.500)	-	(82.500)
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.158.000	80.780	39.311	2.232.492	134.236	(1.448.763)	-	-	3.196.056

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A BBD Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objeto exclusivo a participação no Capital Social do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), do Bradespar S.A. ("Bradespar") e de outras sociedades que detém, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social das referidas instituições. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2019.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua regular, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que, são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.
c) Instrumentos financeiros
(i) Classificação dos ativos financeiros
A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017. (i) Ativos Financeiros para Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empréstimos e Recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido.
O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).
• **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.
• São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de decisões, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.
Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados, diretamente, no resultado do período.
• **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deva ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.
(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico
O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados à curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidade, preço de títulos de dívida patrimonial e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos e foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40.
d) Investimentos
Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminadas na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentados na Nota 8.
Ágio (Goodwill)
O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.
e) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por impairment. Nos exercícios de 2018 e de 2017, não houve perda por impairment.
f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
• **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos, que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
• **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade de que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.
g) Patrimônio líquido
(i) Lucro por ação
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.

8) INVESTIMENTOS
Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %		Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
				2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade") (1) (3) (.....)	10.400.000	20.927.447	2.117.447	176.680	26.071767	5.456.155	4.981.484	540.243	610.584		
Ágio - Nova Cidade (4) (.....)	-	-	-	-	-	9.226	9.226	-	-		
Total						5.465.381	4.990.710	540.243	610.584		

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018;
(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;
(3) Em março de 2018, foi realizado aumento de Capital Social, com integralização mediante a compensação de créditos relativos a Juros sobre o Capital Próprio; e
(4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

9) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES
Obrigações por Recomprou de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 439.586 (2017 - R\$ 475.088) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 591.756 (2017 - R\$ 510.486), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES
Referem-se basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, e vencimento em março de 2021, no montante de R\$ 1.724.560 (2017 - R\$ 1.627.969).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS
a) Ativos contingentes
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais
A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 222.889 (2017 - R\$ 185.419). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

continua...

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações
O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ordinárias.....	101.515.589	90.454.855
Preferenciais.....	127.095.525	115.608.357
Subtotal - ações em circulação.....	228.611.114	206.063.212
Em tesouraria (ordinárias).....	56.115.188	85.751.444
Em tesouraria (preferenciais).....	24.350.608	17.262.254
Total do capital social em ações.....	309.076.910	309.076.910

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 30 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 208.000, elevando-o de R\$ 1.950.000 para R\$ 2.158.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Capital" e de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Legal".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	373.063	403.799
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	399.077	399.077
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	1,21	1,31

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumento de capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado;

(iii) Em observância ao que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou a distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondem, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, está demonstrado a seguir:

	RS mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	373.063	18,852
Reserva legal.....	18.852	354,411
Base de cálculo ajustada.....	354.411	82,500
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados (2).....	12.375	19,8
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15%.....	70.125	80,750
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2018.....	82,500	21,1

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e
(2) Provisão de JCP deliberado em 26 de dezembro de 2018.

f) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2018, foram adquiridas e permanecem em tesouraria 56.115.188 (2017 - 85.751.444) ações ordinárias e 24.350.608 (2017 - 17.262.254) ações preferenciais, no montante de R\$ 1.448.763 (2017 - R\$ 1.742.212).

Em 2018, foram alienadas ações em tesouraria, pelo valor de R\$ 805.352 (2017 - R\$ 442.351), que gerou lucro de R\$ 80.780 (2017 - R\$ 64.531).

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Cofins.....	19.569	21.652
PIS.....	4.133	4.650
IOF.....	1.316	3.719
Total.....	25.018	30.021

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Serviços prestados por terceiros.....	303	63
Edifícios e publicações.....	18.527	127
Despesa de pessoal.....	2.983	898
Total.....	3.482	1.088

15) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Variação monetária de contratos de mútuo.....	(101.333)	(136.152)
Variação monetária sobre recompra de ações.....	(55.930)	(58.067)
Fundimento de ativos financeiros.....	4.307	11.774
Outros.....	16.520	6.770
Total.....	(135.836)	(175.676)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Membros
Denise Aguiar Alvarez
João Aguiar Alvarez
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto
Alexandre da Silva Gilúher
Josué Augusto Pancini

Maurício Machado de Minas
Octávio de Lazari Junior
Marcelo de Araujo Noronha
André Rodrigues Carne
Cassiano Ricardo Scarpelli
Eurico Ramos Fabri

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Lázaro de Mello Brandão

Diretor Vice-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretores
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto

Oswaldo Tadeu Fernandes
Contador - CRC 1SP271968/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da
BBD Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BBD Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBD Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não tomamos a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

16) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Pessoal-chave da Administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017		
Ativos										
Caixa/disponibilidades.....	-	-	-	-	-	-	4	275	4	275
Juros sobre capital próprio a receber.....	-	-	195.169	231.843	-	-	-	-	195.169	231.843
Passivos										
Juros sobre capital próprio a pagar.....	22.670	28.461	-	-	47.455	52.289	-	-	70.125	80.750
Obrigações por recompra de ações.....	-	-	-	-	1.031.342	985.574	-	-	1.031.342	985.574
Outros passivos (Nota 10).....	-	-	1.213.892	1.148.123	-	-	510.668	479.846	1.724.560	1.627.969

Despesas com juros.....
Recargas (despesas) de juros sobre capital próprio (26.670) (33.483) 229.611 272.757 (55.830) (61.517) - - 147.111 177.757

(1) NCD Participações Ltda. ("NCD");
(2) Nova Cidade; e
(3) Titanium Holdings S.A. ("Titanium") e Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2018, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.423 (2017 - R\$ 500) para remuneração dos Administradores e de R\$ 1.400 (2017 - R\$ 500) para custear planos de previdência privada complementar.

Remuneração de curto prazo e médio prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Proventos.....	1.423	362
Total.....	1.423	362

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	1.275	463

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	375.907	403.799
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(127.808)	(137.292)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas, tributadas nas empresas correspondentes	183.682	207.599
Despesas indutíveis liquidas das receitas não tributáveis.....	(369)	-
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber).....	(78.068)	(92.737)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar).....	28.050	32.300
Outros.....	(8.331)	(9.870)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(2.844)	-

b) Créditos tributários

Os créditos tributários não registrados totalizam R\$ 101.308 (2017 - R\$ 91.015).

c) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, montante de R\$ 84.701 (2017 - R\$ 80.643), referem-se a imposto de renda do exercício atual e de exercícios anteriores.

d) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 2.035 (2017 - R\$ 1.401), sendo R\$ 1.387 (2017 - R\$ 1.401) referente ao imposto de renda retido na fonte e R\$ 648 a CSLL a pagar do exercício.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017; e
b) Não há eventos subsequentes, que requeriam ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Lázaro de Mello Brandão

Diretor Vice-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretores
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto

Oswaldo Tadeu Fernandes
Contador - CRC 1SP271968/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 22 de abril de 2019

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

23,1 MILHÕES DE INTERNAUTAS QUE FAZEM A DIFERENÇA NO CENÁRIO ECONÔMICO DO PAÍS

ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • www.valor.com.br/valor-ri

Agrícola Xingu S.A.									
CNPJ nº 07.225.440/001-24									
Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)									
Balancos Patrimoniais	2018		2017		Re-Ajustes	Devoluções	Re-Ajustes	Devoluções	Total
	2018	2017	2018	2017					
Ativos	Demónstrações do Resultado								
Ativos Circulantes.....	339.851	249.323	Receita Líquida de Vendas.....		340.946	298.020	Capital		
Caixa e equivalentes de caixa.....	7.507	3.579	Resultado das vendas.....		(226.957)	(231.650)	Co-Acum. dos Aju.		
Chamadas de margem.....	666	932	Lucro Bruto.....		114.989	66.400	tidos		
Contas a receber de clientes.....	244	29.400	Despesas Operacionais.....				Total		
Contas a receber de partes relacionadas.....	36.454		Gerais e administrativas.....		(24.551)	(21.003)	Saldos em 31/12/2016		342.318
Estoque e compromissos de operações a termo.....	140.210	93.754	Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas.....		(17.075)	(14.949)	Lucro líquido do exercício		2
Adiantamentos a fornecedores.....	16.821	532	Lucro antes do Resultado Financeiro.....		107.514	42.348	Outros resultados abrangentes:		16.505
Contas a receber de terceiros.....	244	29.400	Resultado Financeiro.....				Ajustes de conversão de		
Ativos biológicos.....	113.779	86.905	Recursos financeiros.....		20.682	7.900	balanço em moeda		
Impostos e contribuições a recuperar.....	12.005	8.504	Despesas Financeiras.....		(51.326)	(23.727)	estrangeira.....		21
Outras contas a receber.....	11.985	16.702	Lucro antes dos Impostos.....		76.504	24.551	Saldos em 31/12/2017		342.318
Não Circulantes	1.125.413	1.010.448	IR e CS						